

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que “A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo”. O desconto nos salários seria possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação seria ilegal.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Colocando-se na posição de cidadão brasileiro, escreva uma carta aberta à Presidente do STF manifestando seu posicionamento sobre o desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve.

INSTRUÇÕES

- Ⓜ Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
 - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
 - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
 - não ser escrita em versos;
 - conter, no máximo, 40 linhas;
 - respeitar as normas de citação de textos;
 - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Ⓜ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
- texto com até 14 linhas;
 - fuga ao tema ou à proposta;
 - letra ilegível;
 - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
 - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

MOÇA BONITA NÃO PAGA?

Maíra Zapater

Em junho de 2017, uma juíza do Distrito Federal, ao julgar uma ação proposta por um homem contra os organizadores de uma festa que cobrava preços diferentes para os ingressos de homens e mulheres, declarou ser ilegal a prática. À decisão, seguiu-se agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça reafirmando a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambas as determinações geraram polêmica (aliás, como parece acontecer com tudo – ou quase tudo – que envolva demandas feministas relacionadas à desigualdade de gênero). Se até então eram frequentes, nas conversas de bar travadas tanto nas mesas quanto nas redes sociais, afirmações tais como *“nunca vi feminista reclamar na hora de entrar de graça ou pagar mais barato na balada!”* (em geral proferida com sua gêmea siamesa *“na hora de pedir serviço militar obrigatório, as feministas ficam quietas”*), agora parece que o jogo virou, e os críticos preferem manifestar sua indignação dizendo que *“as feministas querem impor sua ideologia pra todo mundo e obrigar as mulheres a pagarem mais caro na balada”, “vai acabar balada”, “nunca mais ninguém vai sair pra night”, “ninguém vai pegar mais ninguém”, “as feministas vão fazer fechar as casas noturnas”* e por aí vai.

Piadas à parte, e sem entrar no mérito da (in)coerência das críticas, quero, na coluna de hoje, contribuir com argumentos para a discussão, sugerindo duas perguntas para, juntos, pensarmos sobre o assunto. Parece-me ser relevante refletir sobre dois aspectos: primeiro, é discriminatório cobrar preços diferentes para homens e mulheres na balada? E, segundo: se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar seu público, cabendo ao consumidor exercer a sua liberdade de frequentar ou não o local conforme suas próprias convicções?

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A situação hipotética pareceu estranha, de alguma forma, com a inversão dos lugares-comuns em geral apresentados para justificar a cobrança mais barata para mulheres? Bom, se a narrativa ganhou conotações diferentes em decorrência dessa inversão, significa que há expectativas diferentes para homens e mulheres colocados em uma mesma situação social e que se construiu ali uma relação desigual entre homens e mulheres – e, portanto, (no mínimo, potencialmente) discriminatória e ilícita, já que a Constituição veda o tratamento desigual entre iguais (vale lembrar que o inciso II do artigo 5º da CF estabelece que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*, o que só reforça a invalidade jurídica do fator de discriminação com o qual se pretende justificar a cobrança diferenciada).

Pois bem. Assumindo que concordamos – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, resta pensar no segundo questionamento que propus acima: o estabelecimento privado tem a liberdade de adotar uma política considerada discriminatória, cabendo ao público consumidor escolher se quer ou não frequentar o local?

Ilustremos com outro exemplo hipotético (ou talvez menos fictício do que gostaríamos): imaginemos que o dono de uma casa noturna queira construir uma reputação de que seu estabelecimento seja um local “onde só vai gente bonita”. Para garantir que, segundo seus critérios subjetivos e seu “tino empresarial”, seja mantido um padrão estético mínimo nos frequentadores da casa, esse proprietário estabelece uma “cota máxima” para negros no local, estipulando um número limite de pessoas negras por noite, e determinando, ainda, que pessoas brancas têm direito a um ingresso com desconto. Esse empresário se justifica dizendo o seguinte: *“Não é racismo, é só uma questão de gosto. Eu concordo com o padrão hegemônico de beleza que, em geral, vemos nas revistas, novelas e filmes e acho que as pessoas brancas são mesmo mais bonitas e que é muito mais agradável estar numa balada com maioria de pessoas brancas. É só a minha opinião. Quem não concordar e tiver uma opinião diversa, não é obrigado a vir na minha casa noturna”*.

Teria o nosso empresário hipotético a liberdade de adotar uma política discriminatória por entender ser a mais lucrativa para o seu estabelecimento?

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly*** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

***friendly** = amigável

01. O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para

- A) negar, com concessões, o posicionamento das clientes dos estabelecimentos.
- B) refutar, com concessões, o posicionamento dos donos dos estabelecimentos.
- C) enaltecer, sem concessões, o posicionamento das feministas.
- D) confirmar, sem concessões, o posicionamento da juíza.

02. Considere o parágrafo final do texto:

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Mesmo implícitas, as possíveis respostas para o conjunto de perguntas presentes no parágrafo

- A) convergem para o ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- B) divergem do ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- C) inserem nova problemática a ser discutida, sem imprimirem força argumentativa
- D) recontextualizam a problemática focada, sem imprimirem força argumentativa.

03. Nos segundo e quarto parágrafos, a citação do discurso alheio objetiva, sobretudo,

- A) contextualizar a problemática focada sem fazer remissão ao embate das ideias sobre o tema em pauta.
- B) panoramizar argumentos que ratificam o ponto de vista defendido no texto.
- C) evidenciar argumentos que se afastam do ponto de vista defendido no texto.
- D) esclarecer a complexidade da discussão sem negar a possibilidade de um acordo entre as partes interessadas.

04. Considere o parágrafo

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

- A) nos dois últimos períodos.
- B) no primeiro período.
- C) nos dois penúltimos períodos.
- D) no segundo período.

05. Nos quinto e sexto parágrafos, a linguagem apresenta-se

- A) em norma-padrão, com interferências localizadas de informalidade.
- B) em norma-padrão, sem interferências localizadas de informalidade.
- C) em registro informal, com interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.
- D) em registro informal, sem interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

06. Em relação ao período inicial dos segundo, terceiro e quinto parágrafos, faz-se presente,

- A) em todos os casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- B) em nenhum dos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- C) apenas nos dois primeiros casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- D) apenas nos dois últimos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

07. Considere o parágrafo:

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. **Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.**

Em relação ao período anterior, o período em destaque estabelece relação semântica de

- A) explicação e poderia se iniciar com “pois”.
- B) contraposição e poderia se iniciar com “entretanto”.
- C) adição e poderia se iniciar com “ademais”.
- D) conclusão e poderia se iniciar com “portanto”.

08. Considere o trecho:

[...] se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar **seu** (1º) público, cabendo ao consumidor exercer a **sua** (2º) liberdade de frequentar ou não o local conforme **suas** (3º) próprias convicções?

O pronome possessivo estabelece retomada

- A) de substantivos diferentes apenas nos dois últimos casos.
- B) do mesmo substantivo apenas nos dois últimos casos.
- C) do mesmo substantivo em todos os casos.
- D) de substantivos diferentes em todos os casos.

09. Considere o período:

À decisão, **segiu**-se (1º) agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça **reafirmando** (2º) a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

As formas verbais destacadas têm

- A) sujeito diferente, posposto em ambos os casos.
- B) o mesmo sujeito, anteposto em ambos os casos.
- C) o mesmo sujeito, posposto no primeiro caso e anteposto no segundo caso.
- D) sujeito diferente, anteposto no primeiro caso e posposto no segundo caso.

10. Considere o período:

Assumindo que **concordamos** (1º) – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, **resta** (2º) **pensar** (3º) no segundo questionamento que **propus** (4º) acima [...].

Nesse período, o verbo da oração principal é o

- A) terceiro.
- B) quarto.
- C) primeiro.
- D) segundo.

11. Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi
- A) readaptado.
 - B) reconduzido.
 - C) reintegrado.
 - D) aproveitado.
12. De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é
- A) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
 - B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.
 - D) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.
13. A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,
- A) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - B) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - D) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.
14. Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
II	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
III	Diárias, transporte, ajuda de custo e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.
IV	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
 - B) I e III.
 - C) III e IV.
 - D) I e IV.
15. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada
- A) oito meses.
 - B) seis meses.
 - C) sete meses.
 - D) nove meses.

16. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90) estabelece que o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de
- A) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta segundos.
 - B) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta e cinco segundos.
 - C) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
 - D) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta e cinco segundos.
17. Segundo dispõe a Lei nº 8.112/90, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à Licença para Atividade Política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de
- A) cinco meses.
 - B) seis meses.
 - C) três meses.
 - D) quatro meses.
18. Um servidor estável, ocupante do cargo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi investido para o exercício de mandato eletivo de Deputado Federal. Nessa situação, considerando-se as disposições da Lei nº 8.112/90, esse servidor
- A) ficará afastado do cargo.
 - B) receberá a remuneração do cargo cumulativamente com o subsídio de Deputado Federal.
 - C) fará a opção pela remuneração do cargo.
 - D) manterá a remuneração do cargo acrescida de 50% do subsídio de Deputado Federal.
19. Considerando as disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
II	Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de sessenta dias consecutivos.
III	As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
IV	Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até setenta dias, com prejuízo da remuneração.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
 - B) I e II.
 - C) II e III.
 - D) III e IV.
20. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. À luz das disposições previstas na Lei nº 8.112/90, a comissão revisora deverá concluir os trabalhos dentro do prazo de
- A) setenta e cinco dias.
 - B) sessenta e cinco dias.
 - C) setenta dias.
 - D) sessenta dias.

21. No nível de estrutura conceitual, são identificadas diversas bases de mensuração para ativos e passivos das entidades do setor público. Portanto, a estrutura conceitual não propõe uma única base de mensuração, mas fornece orientação na seleção dessas bases para ativos e passivos. São exemplos de bases de mensuração de passivos:
- A) valor recuperável e valor justo.
 - B) custo de liberação e preço presumido.
 - C) custo corrente e preço de liquidação.
 - D) valor presente líquido e valor de mercado.
22. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público. São exemplos de restrições inerentes à informação contida nos RCPGs:
- A) tempestividade e relevância.
 - B) relevância e custo-benefício.
 - C) compreensibilidade e materialidade.
 - D) materialidade e custo-benefício.
23. A Estrutura Conceitual (NBC TSP EC) prevê que, na elaboração de uma demonstração contábil, seja avaliada a eventual ocorrência de mudanças, desde a data da divulgação da demonstração do período anterior, que justifiquem a remoção de um elemento que tenha sido previamente reconhecido nela. Caso ocorra essa constatação, o referido elemento deve ser removido da demonstração atual. Esse processo é denominado
- A) cancelamento.
 - B) estorno de registro.
 - C) desreconhecimento.
 - D) anulação de reconhecimento.
24. Demonstração contábil, conforme define a NBC T 16.6 (R1), é “a técnica contábil que evidencia, em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio de entidades do setor público e suas mutações”.
- São exemplos demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme a NBC T 16.6 (R1):
- A) Demonstração do Resultado Orçamentário, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Financeiro e Notas Explicativas.
 - B) Balanço Orçamentário, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Econômico e Demonstração de Perdas.
 - C) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais e Notas Explicativas.
 - D) Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado Econômico e Demonstração de Perdas.

25. Na elaboração de demonstrações contábeis de entidades públicas, é permitido que contas semelhantes sejam agrupadas e pequenos saldos sejam agregados, desde que atendidas determinadas condições. Com base nessas informações, considere as condições dadas a seguir:

I	Deve ser indicada a natureza das contas que estão sendo agrupadas.
II	O valor dos pequenos saldos agregados deve representar, no máximo, 5% do valor do respectivo grupo de contas.
III	Deve ser realizada a compensação de saldos entre as contas que estão sendo agrupadas.
IV	A utilização de designações genéricas não é permitida.

Em relação ao exposto, devem ser atendidas as condições presentes nos itens

- A) I e IV. B) II e III. C) I e III. D) II e IV.**

26. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a DMPL deve ser elaborada

- A) apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.**
B) por todas as entidades que estão sujeitas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
C) apenas pelas sociedades anônimas de economia mista, cujo controle acionário seja de um ente público da administração direta.
D) por todos os entes públicos que recebam recursos oriundos de arrecadação de impostos e contribuições sociais.

27. A consolidação das demonstrações contábeis objetiva o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. Para que seja feita a consolidação das demonstrações contábeis entre entidades do setor público, é necessário que exista uma relação de dependência entre elas, a qual pode ser

- A) administrativa ou financeira.**
B) orçamentária ou financeira.
C) administrativa ou regimental.
D) orçamentária ou regimental.

28. Controle interno, sob o enfoque contábil, compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com o objetivo de atingir determinadas finalidades. Considere, a seguir, algumas finalidades.

I	Salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes orçamentários.
II	Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
III	Estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas.
IV	Contribuir para a promoção da eficácia operacional da entidade.

São finalidades do controle interno das entidades do setor público as que estão presentes nos itens

- A) II e IV. C) II e III.**
B) I e III. D) I e IV.

29. A estrutura de controle interno das entidades do setor público compreende ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento. Quando se faz menção à função de demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto, há referência
- A) ao monitoramento.
 - B) ao mapeamento de riscos.
 - C) aos procedimentos de controle.
 - D) ao ambiente de controle.
30. A avaliação de riscos corresponde à análise da relevância dos riscos identificados, incluindo a resposta ao risco, indicando a decisão gerencial para mitigar os riscos, a partir de uma abordagem geral e estratégica, e considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento. Também está incluída na avaliação de riscos a
- A) forma como serão distribuídos.
 - B) avaliação da probabilidade de sua ocorrência.
 - C) definição das ações de prevenção e de reversão.
 - D) maneira de mensuração de custos.
31. A Resolução CFC n. 1.136/08 aprovou a NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão), que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil desses tipos de eventos. Dentre as definições básicas dessa norma contábil, está a de valor depreciável, amortizável ou exaurível, que corresponde ao
- A) montante líquido de um ativo no início de sua vida útil.
 - B) valor original de um ativo deduzido de sua depreciação.
 - C) montante líquido de uma ativo no fim de sua vida útil.
 - D) valor original de um ativo deduzido do seu valor residual.
32. A *vida útil econômica* de um ativo é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual é esperado obter fluxos de benefícios futuros desse ativo. Para o cálculo da vida útil econômica de um ativo, deve-se considerar
- A) a capacidade de geração de benefícios passados e futuros.
 - B) a obsolescência tecnológica.
 - C) o desgaste físico decorrente, exclusivamente, de fatores operacionais.
 - D) o limite legal sobre a imparidade.
33. Dentre os elementos que compõem o ativo, estão as aplicações financeiras de liquidez imediata, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis. Para efeito de mensuração desses elementos patrimoniais, conforme disciplina a NBC T 16.10, devem ser usados, respectivamente,
- A) o valor original, ou valor recuperável, dos dois, o menor; o valor de aquisição, produção ou construção e o valor de aquisição ou de produção.
 - B) o valor justo, atualizado até a data do Balanço Patrimonial; o valor recuperável, após deduzida a depreciação e a perda por imparidade e o valor justo.
 - C) o valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial; o valor de aquisição, de produção ou de construção e o valor de aquisição ou de produção.
 - D) o valor justo ou valor recuperável, dos dois, o menor; o valor depreciável, após deduzida a depreciação e a perda por imparidade e o valor justo.

34. O Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), definido na NBC T 16.11, deve registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. Para tanto, o SICSP identifica os principais objetos de custos a partir de
- A) informações dos subsistemas orçamentário e patrimonial.
 - B) Informações dos subsistemas financeiro e orçamentário.
 - C) demonstrações contábeis trimestralmente divulgadas.
 - D) demonstrações contábeis trimestralmente consolidadas.
35. O SICSP deve ser suportado por um *Sistema de custeio*, que está associado ao modelo de mensuração e, desse modo, podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio do setor público, as unidades de medida que podem ser utilizadas são:
- A) custo histórico, custo-corrente, custo estimado e custo padrão.
 - B) valor histórico, valor justo, valor recuperável e valor de mercado.
 - C) custo histórico, custo de reposição, custo padrão e custo integral.
 - D) valor presente, valor futuro, valor justo e valor recuperável.
36. A NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público) define as Características Qualitativas da Informação incluída nos RCPGs. Por sua vez, a NBC T 16.11 (Sistema de Informação de Custos do Setor Público) define os atributos das informações de custos. Dois atributos das informações de custos (NBC T 16.11) que figuram também como características qualitativas na NBC TSP são
- A) utilidade e especificidade.
 - B) fidedignidade e especificidade.
 - C) granularidade e relevância.
 - D) comparabilidade e relevância.
37. A UFRN mantém, em sua estrutura organizacional, o Núcleo Permanente de Concursos (COMPERVE), que é responsável por realizar concursos e processos seletivos da própria UFRN. Quando há disponibilidade de agenda, é comum o Núcleo realizar concursos para outras entidades, como já ocorreu quando realizou concursos para a UFERSA e para o IFRN. Nesse ano, esse Núcleo realizará dois concursos do IFRN, que irá efetuar movimentação de parte de seu orçamento, mantendo as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outra unidade administrativa (UFRN/COMPERVE) possa executar a despesa orçamentária de realização desse concurso. A essa movimentação orçamentária por parte do transferidor dá-se o nome de
- A) terceirização.
 - B) redistribuição.
 - C) descentralização.
 - D) coparticipação.
38. Empenho, segundo o art. 58 da Lei n. 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. A figura abaixo é um recorte da distribuição interna do orçamento (Recursos do Tesouro Nacional) da UFRN no ano de 2014.

GASTOS COMUNS	35.494.186
Consumo de Energia Elétrica	6.878.453
Água e Esgotos	840.840
Seguro Obrigatório - Veículos e Bolsistas	51.176
Contratos	4.840.045
Manutenção e Conservação da Infra-estrutura Física	935.615

Disponível em: http://www.proplan.ufrn.br/pagina.php?aba=2&alias=o_distr_int_orc. Acesso em: 02 ago. 2017.

O tipo de empenho utilizado para os gastos com consumo de energia elétrica e de serviços de água e esgotos, cujo montante não se pode determinar previamente, é

- A) global.
- B) ordinário.
- C) estimativo.
- D) especial.

39. Existem dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados. Considere uma entidade pública que apresentou as seguintes informações no final do exercício de 2016:

- receitas tributárias do ano de 2016 recebidas = R\$ 1.400.000,00;
- despesas do ano de 2015 empenhadas = R\$ 200.000,00;
- despesas do ano de 2016 empenhadas = R\$ 900.000,00;
- cancelamento de empenho de despesas do ano de 2016 = R\$ 50.000,00; e
- liquidação de despesas = R\$ 700.000,00.

Os valores a serem inscritos em restos a pagar, processados e não processados, são, respectivamente,

- A) R\$ 700.000,00 e R\$ 150.000,00.
- B) R\$ 1.050.000,00 e R\$ 700.000,00.
- C) R\$ 700.000,00 e R\$ 350.000,00.
- D) R\$ 1.050.000,00 e R\$ 350.000,00.

40. No patrimônio de entidades do setor público, uma das possíveis classificações dos ativos agrupa-os em circulantes e não circulantes. Em outra classificação, os ativos são agrupados em financeiro e permanente. Considere as seguintes afirmações acerca dessas classificações:

I	Se um ativo está disponível para liquidação imediata, ele pode ser classificado como circulante ou como não circulante, a depender da sua natureza.
II	Um ativo que tenha expectativa de realização após 12 meses da data das demonstrações contábeis deve ser classificado como não circulante.
III	O ativo financeiro compreende apenas os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária.
IV	O Ativo Permanente compreenderá bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Das afirmações, estão corretas

- A) III e IV. C) I e II.
- B) II e IV. D) I e III.

41. A secretaria de educação de um município do RN adquiriu, em outubro de 2016, papel para reprografia suficiente para atender à demanda de suas áreas administrativas, bem como das 12 escolas municipais, pelo período de 8 meses.

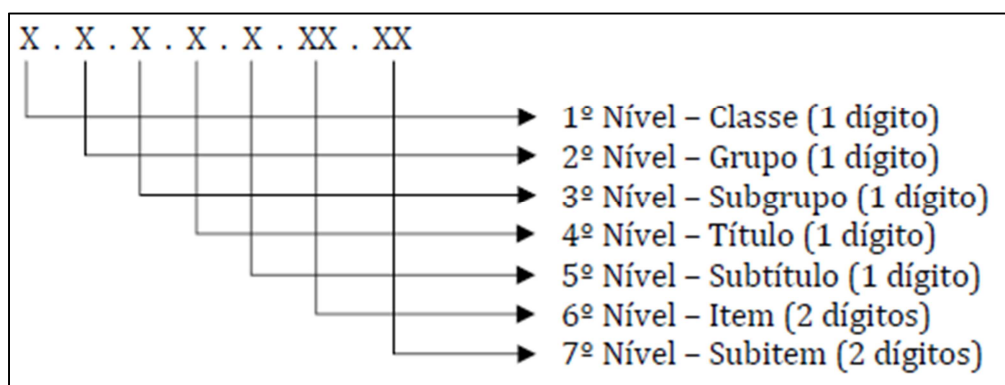
Ao final do ano, constatou que o preço da resma de papel para reprografia sofrera uma redução de 15% se comparado ao preço pago na compra realizada em outubro, o que a fez ajustar o valor do estoque no encerramento do exercício de 2016.

O lançamento para contabilização do ajuste de perdas de estoques foi:

- A) D 3.6.1.8.x.xx.xx VPA com Ajuste de Perdas de Estoques
C 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- B) D 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
C 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
- C) D 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
C 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Custo do Material Consumido
- D) D 3.6.1.8.x.xx.xx VPA com Ajuste de Perdas de Estoques
C 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Custo do Material Consumido

42. O imobilizado dos entes públicos inclui diversos tipos de ativos. As redes rodoviárias, os sistemas de esgotos e as redes de comunicação são ativos de infraestrutura, os quais são uma subdivisão dos
- ativos não circulantes.
 - ativos obtidos a título gratuito.
 - bens permanentes.
 - bens de uso comum do povo.
43. A concessão de serviços públicos é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. As concessões de serviços públicos dividem-se em concessões
- extraordinárias e licitadas.
 - especiais e extraordinárias.
 - comuns e especiais.
 - licitadas e comuns.
44. As concessões que são reguladas pela Lei n. 11.079/2004 são as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP) e se subdividem em
- patrocinadas e administrativas.
 - consorciadas e especiais.
 - administrativas e consorciadas.
 - especiais e patrocinadas.
45. A utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações e empresas estatais dependentes.

As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos, de acordo com a seguinte estrutura:



Fonte: MCASP (2017, p. 345)

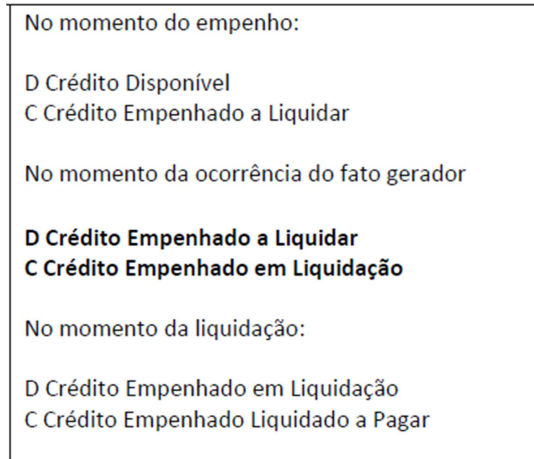
“Dívida Ativa” e “Execução da Dívida Ativa” são, respectivamente,

- grupo da classe 7 (Controles Devedores) e grupo da classe 8 (Controles Credores).
- grupo da classe 3 (Controles Credores) e grupo da classe 4 (Controles Devedores).
- subgrupo do grupo 7 (Controles Devedores) e subgrupo do grupo 8 (Controles Credores).
- subgrupo do grupo 3 (Controles Credores) e subgrupo do grupo 3 (Controles Devedores).

46. O fato gerador de uma obrigação patrimonial pode ocorrer antes do empenho, no momento do empenho, depois do empenho, antes da liquidação ou no momento da liquidação. A figura ao lado representa uma sequência de lançamentos referentes a uma obrigação patrimonial.

A sequência de lançamentos representada na figura explicita que o fato gerador ocorreu

- A) no momento da liquidação e antes do pagamento.
- B) antes do empenho.
- C) no momento do empenho.
- D) depois do empenho e antes da liquidação.



Fonte: MCASP (2017, p. 354) [Adaptado]

47. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. A figura abaixo é um recorte do Balanço Financeiro da EBSEH (HUOL – UFRN), referente ao 1º trimestre de 2017.

INGRESSOS	
ESPECIFICAÇÃO	2017
Receitas Orçamentárias	-
Ordinárias	-
Vinculadas	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-
Transferências Financeiras Recebidas	32.241.707,03
Resultantes da Execução Orçamentária	7.279.603,83
Sub-repasse Recebido	7.279.603,83
Independentes da Execução Orçamentária	24.962.103,20
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	24.962.103,20
Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	1.844.255,37
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	349.006,17
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.476.594,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.173,75
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10.855,28
Arrecadação de Outra Unidade	3.625,68
Saldo do Exercício Anterior	1.557.649,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.557.649,24
TOTAL	35.643.611,64

Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/documents/16628/1729271/BALANCO+FINANCEIRO-Trimestre1-HUOL+EBSEH.pdf/c713b919-3ac6-48a3-8f7f-80e085732210>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

O valor assinalado pela seta, correspondente à sequência de letras "XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX", representa o total de

- A) transferências financeiras.
- B) recebimentos extraorçamentários.
- C) receitas não financeiras.
- D) pagamentos extraorçamentários.

48. O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes é parte do Balanço Patrimonial de uma entidade pública. A figura abaixo é um recorte do Balanço Patrimonial da EBSEH (HUOL – UFRN), referente ao 1º trimestre de 2017.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	19.747.010,43	5.717.133,67
ATIVO PERMANENTE	14.460.724,34	5.574.929,00
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
PASSIVO FINANCEIRO	19.753.234,40	9.839.343,06
PASSIVO PERMANENTE	7.703.206,91	895,11
SALDO PATRIMONIAL	6.751.293,46	1.451.824,50

Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/documents/16628/1729271/BALANCO+PATRIMONIAL-Trimestre1-HUOL+EBSEH.pdf/3e8bdc38-cd1a-4a62-943b-fa1224759af6>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

Com base nessa figura, constata-se que

- A) ocorreu superávit financeiro entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017.
 B) o total de dívidas fundadas e outras que dependiam de autorização legislativa para amortização era de cerca de R\$ 19,7 milhões no final de março de 2017.
 C) o total de dívidas fundadas e outras que dependiam de autorização legislativa para amortização era de cerca de R\$ 7,7 milhões no final de março de 2017.
 D) ocorreu superávit permanente entre o 1º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017.
49. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) publicou, em janeiro de 2017, a edição mais atual do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no qual estão apresentadas as estruturas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). A figura abaixo apresenta a composição de uma das DCASP.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> a. Quadro Principal b. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias c. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas d. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e. Quadro de Juros e Encargos da Dívida |
|---|

Fonte: MCASP (2017, p. 402)

A composição apresentada na figura corresponde

- A) ao Balanço Patrimonial.
 B) à Demonstração das Variações Patrimoniais.
 C) ao Balanço Orçamentário.
 D) à Demonstração dos Fluxos de Caixa.
50. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) ~~demonstra~~ evidencia a evolução do patrimônio líquido da entidade. Considere as seguintes afirmações acerca da DMPL:

I	A DMPL é facultativa para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas.
II	A DMPL é obrigatória para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.
III	A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
IV	A DMPL demonstra, entre outros valores, o das Ações ou Cotas em Tesouraria que foram adquiridas pela própria entidade.

Das afirmações, estão corretas

- A) I e II. B) III e IV. C) I e III. D) II e IV.

